

CNI defende bioeconomia para estimular produção e inovação no país

Agência Brasil - 10/11/2020

Medicamentos, biocombustíveis, cosméticos, tecidos, fibras de vidro. A biodiversidade aliada à tecnologia de ponta oferece possibilidades de produção sustentável. Essa é a promessa da bioeconomia, e o Brasil tem a vantagem de ter 20% da biodiversidade do planeta.

A Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) projetou o potencial de crescimento do setor de biotecnologia industrial – um dos segmentos da bioeconomia – para os próximos 20 anos. Segundo a entidade, o setor pode agregar aproximadamente US\$ 53 bilhões anuais à economia brasileira, sendo US\$ 20 bilhões em 120 plantas para produção de etanol de segunda geração e US\$ 33 bilhões de bioprodutos derivados da celulose. Para isso, as empresas do setor precisariam investir aproximadamente US\$ 132 bilhões anuais ao longo dos 20 anos.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), na União Europeia a bioeconomia movimenta 2,3 trilhões de euros, quase o Produto Interno Bruto (PIB) da França, a 7ª economia do mundo, e emprega 18 milhões de pessoas.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a bioeconomia é uma importante alternativa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e para o cumprimento do compromisso brasileiro de redução de emissões de gases de efeito estufa, estabelecido no Acordo de Paris. “Isso porque a floresta em pé passa a gerar mais riquezas e, com isso, aumenta o seu valor frente às outras alternativas.”

Segundo a CNI, entre os setores da indústria brasileira que vão crescer com o fortalecimento dessa agenda está o de medicamentos, cuja relação com os ativos da natureza vem de longa data.

A CNI realiza no dia 26 deste mês o Fórum Bioeconomia e a Indústria Brasileira. Em estudo lançado em agosto, a confederação enumera os desafios para o país avançar nesse segmento: regulamentação, inovação e investimentos.

Lei da Biodiversidade

Em vigor desde 2015, a Lei da Biodiversidade e, mais recentemente, a ratificação do Protocolo de Nagoia no Congresso Nacional formaram o arcabouço jurídico sobre o tema no país.

Mas para o protocolo ter validade, lembra a CNI, o governo federal ainda precisa depositar a Carta de Ratificação na Convenção da Diversidade Biológica (CDB), da Organização das Nações Unidas (ONU). Para ter direito a voto na próxima reunião da CDB, prevista para maio de 2021, em Kunming, na China, o Brasil precisa fazer o depósito até 90 dias antes do encontro.

Para a CNI, o avanço da bioeconomia depende também de aperfeiçoamentos no sistema de inovação do país. A entidade defende a liberação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Edição: Graça Adjuto